

DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: DA SOCIAL-DEMOCRACIA AO NEOLIBERALISMO

PANSARDI, Marcos Vinícius - UTP

mvcps@hotmail.com

Área Temática: Políticas Públicas e Gestão da Educação

Resumo

O desenvolvimento dos direitos da cidadania e da democracia não foram vistos como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, ao contrário, o crescimento ininterrupto da economia dos países governados pela social-democracia a partir dos anos 50 foi vista como uma feliz combinação entre eles, um “círculo virtuoso” foi assim formado. O surgimento do neoliberalismo pode ser visto como uma reação contra o advento da sociedade de massas, da expansão do poder dos sindicatos, do crescimento do Estado, das regulações econômicas e das políticas sociais. Para os neoliberais ao invés da ampliação da democracia estaríamos assistindo ao avanço de mecanismos autoritários e mesmo totalitários, originários da ampliação dos espaços de intervenção do Estado e do crescimento das normatizações. Em resposta a crítica dos neoliberais, os social-democratas, ao reconhecer o crescimento desmedido do Estado e a crescente ineficácia de suas políticas públicas, também propõem, como os defensores do mercado, a diminuição do papel centralizador e intervencionista do Estado. Com este objetivo, ao invés de proporem a redução dos processos democráticos, como salientado pelo pensamento conservador, passam a defender políticas mais participativas, buscando valorizar o papel das organizações da sociedade civil, ampliando a participação das organizações comunitárias, o papel da família. O desenvolvimento de uma reforma educacional que propague os valores da modernidade neoliberal, garantindo o apoio para as políticas de privatização e liberalização comercial, por ex. Na América Latina o discurso de reforma educacional constituiu uma verdadeira “revolução passiva”, que transformou o discurso da redemocratização, da constituição cidadã, no discurso da “qualidade na educação”. A explicação disso é que aqui a democratização se deu “sobre a derrota e não sobre a vitória das classes populares”. Aqui a democracia só poderia sobreviver se adjetivada (delegativa, controlada, tutelada, etc.), para se harmonizar com a desigualdade social crescente.

Palavras-chave Educação; Democracia; Social-democracia; Neoliberalismo.

A democracia moderna e a social-democracia nasceram juntas. A social-democracia se origina na luta das classes trabalhadoras pela adoção do sufrágio universal, pela ampliação da democracia - antes restrita apenas a participação dos proprietários – pela adoção do sufrágio universal. Cerroni (1982) nos lembra que o partido socialista “não nasce apenas lá onde nascem os parlamentos, mas nasce também onde os parlamentos não existem, nasce antes dos parlamentos e talvez para propor ou reivindicar o nascimento dos parlamentos”. Ou seja, a democracia moderna, a democracia de massas, a adoção dos

direitos políticos, são frutos da luta da social-democracia pela participação política do operariado. Por outro lado, o Estado liberal clássico além de não ser democrático, visto pelo prisma da participação universal, entrou em crise terminal exatamente pela ampliação progressiva em direção ao sufrágio universal (Bobbio, 1988).

É verdade que não foi sem muitas hesitações que a social-democracia abraçou o ideal democrático. Przeworski (1989) nos mostra que o debate sobre a participação ou não no jogo democrático foi a tônica dos primeiros anos do movimento socialista, a participação foi vista no início como meramente instrumental, como estratégia para se atingir a sociedade socialista. Foi só muito tardiamente (Congresso de Bad Godesberg de 1959) que a social-democracia incorporou a democracia como um valor em si. Para isso foi fundamental a percepção de que a democracia permitiria aos trabalhadores, enquanto cidadãos, o acesso a bens e serviços e também a intervenção na produção e na alocação de recursos, um direito que, enquanto produtores, lhes eram negados.

Se nos primeiros tempos a social-democracia via a democracia como uma estratégia para a construção do socialismo e, portanto, para a superação do capitalismo, após Bad Godesberg a ampliação desta passa a ser vista como a própria luta pelo socialismo. Assim:

(...) O socialismo é uma tarefa permanente de lutar pela liberdade e pela justiça, de mantê-las e de nelas se firmar.

- Nós lutamos por democracia. Ela tem de se tornar a ordem comum de vida e de Estado, porque só ela é expressão de respeito à dignidade do ser humano e de sua responsabilidade por si mesmo.

- O socialismo só é realizado através da democracia, a democracia cumpre-se através do socialismo. (Programa de Bad Godesberg) (Meyer, 1983)

Assim também a constituição dos direitos da cidadania, através da ação social-democrata na criação do Estado de Bem-estar social (*Welfare State*), pode ser vista como fruto da luta de classes e da mobilização social (Fiori, 1995).

O desenvolvimento dos direitos da cidadania e da democracia não foram vistos como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, ao contrário, o crescimento ininterrupto da economia dos países governados pela social-democracia a partir dos anos 50 foi vista como uma feliz combinação entre eles, um “círculo virtuoso” foi assim formado. Tudo isso se altera a partir da grande crise econômica do início dos anos 70, quando após uma década de estagnação econômica ressurgem as teorias que privilegiam a

livre competição em detrimento ao planejamento estatal e com elas o ressurgimento das concepções da incompatibilidade entre democracia e desenvolvimento econômico.

O ressurgimento do liberalismo, agora atualizado sob o nome de “neoliberalismo”, retoma as críticas do século XIX – a “tirania da maioria” de Tocqueville - sobre a ingovernabilidade proporcionada pela democracia de massas adicionando a elas um novo conjunto de críticas direcionado especificamente ao intervencionismo patrocinado pelo Estado de Bem-estar social.

O liberalismo clássico harmonizava-se perfeitamente com a democracia porque os princípios que fundavam a economia de mercado eram os mesmos que orientavam o jogo democrático. Mas a democracia da época do liberalismo clássico era uma democracia elitista, o seu princípio era o da propriedade privada, uma democracia circunscrita aos proprietários. Portanto, a democracia nada mais era do que uma extensão do mercado, não havia contradição entre eles.

A democracia era preferível a formas autoritárias de governo, era a forma mais adequada para promover a liberdade. Contudo, um “bom governo” não significa necessariamente a promoção do desenvolvimento econômico, pois uma economia eficiente não necessita necessariamente da democracia para sua consecução.

O surgimento da democracia de massas e do Estado de Bem-estar social quebra a harmonia da equação democracia-mercado, agora o livre funcionamento do mercado passa a ser ameaçado pela decisão das maiorias. A eficiência econômica passa a ser tutelada pelo furor distributivo destas.

O surgimento do neoliberalismo pode ser visto como uma reação contra o advento da sociedade de massas, da expansão do poder dos sindicatos, do crescimento do Estado, das regulações econômicas e das políticas sociais (Morais, 2001).

Os neoliberais, porquanto se proclamem abertamente democráticos, não hesitam em negar a idéia da democracia como um valor em si, vêem as decisões democráticas como uma complemento das decisões produzidas pelo mercado, e, portanto, não tem dúvida em apontar as decisões deste como superiores as decisões políticas. Restringir a democracia não significa restringir a liberdade, ao contrário, muitas vezes as decisões majoritárias limitam as liberdades, principalmente das minorias. O século XX mostrou que as pessimistas observações de Tocqueville se tornaram realidade, as massas muitas

vezes escolheram a igualdade em oposição a liberdade. Impedir que isso acontecesse é dever dos liberais conscientes. Segundo Hayek (1983):

O liberalismo considera desejável que seja de fato lei somente aquilo que é aceito pela maioria, mas não afirma que tal lei esteja necessariamente em conformidade com as características da verdadeira e boa lei. O liberalismo, na verdade, tem como objetivo persuadir a maioria a observar certos princípios. Aceita o governo da maioria como método para a tomada de decisões, mas não como autoridade para determinar que decisão deva ser adotada.

A grande contradição entre democracia e mercado se estabeleceu a partir do momento em que o Estado interventor avançou suas regulações para além da suas competências, comprometendo a eficácia anteriormente garantida pelo mercado e também colocando em risco a liberdade. Assim, para Friedman (1984):

Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o numero de questões para as quais são requeridas decisões políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Quanto menor o numero de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior a probabilidade de obter concordâncias e manter a sociedade livre.

A relação entre a ampliação do sufrágio universal e a expansão das atividades do Estado se dá com o domínio político da social-democracia, particularmente a partir dos anos 50. O Estado de Bem-estar social, fruto mais festejado do socialismo democrático europeu, ora é visto pelos neoliberais como fruto da expansão da democracia ora como seu maior adversário. Neste sentido, contraditoriamente, o argumento coincide com o próprio “mea culpa” dos social-democratas, sobre a expansão da burocracia, do gigantismo do Estado, da ampliação da regulamentação e da centralização estatal (Draibe; Henrique, 1988).

Para os neoliberais ao invés da ampliação da democracia estaríamos assistindo ao avanço de mecanismos autoritários e mesmo totalitários, originários da ampliação dos espaços de intervenção do Estado e do crescimento das normatizações (Friedman, 1984). Ao ampliar os mecanismos de controle social, elimina os padrões anteriormente aceitos, substituindo as possibilidades de auto-regulação naturalmente geradas pelo mercado e pela sociedade civil. A ampliação do conflito, da entropia, causada, inclusive, pela precarização da capacidade administrativa do Estado, fruto da excessiva burocratização,

da ampliação dos programas sociais, do planejamento econômico, da substituição da consulta popular pela decisão dos “especialistas”.

Quanto mais se amplia o espaço da sociedade política e se reduz, em consequência, o espaço da sociedade civil, quanto mais se substituem às decisões individuais pelas decisões coletivas, quanto mais se reduz o espaço da diversidade pela uniformidade, mais se limita a democracia e, portanto, a liberdade.

Para a crítica conservadora a contradição da intervenção igualitária do Estado de Bem-estar social está em que ao invés de promover o interesse coletivo das classes trabalhadoras, a ação estatal acaba beneficiando grupos privilegiados e seus interesses particularistas, que se incrustam no aparelho público conseguindo vantagens, legítimas ou ilegítimas, fruto da ação de grupos de pressão que se multiplicam a medida mesmo que a eficácia do Estado diminui.

A crise do Estado de Bem-estar social, portanto, vai muito além da atrofia do modelo de desenvolvimento econômico keynesiano, é em verdade uma crise da concepção de uma sociedade de bem estar social baseada em políticas autoritárias de “cima para baixo”, e de uma moralidade que rompe com a ética do trabalho e do esforço individual (Anderson, 1995).

Em resposta a crítica dos neoliberais, os social-democratas, ao reconhecer o crescimento desmedido do Estado e a crescente ineficácia de suas políticas públicas, também propõem, como os defensores do mercado, a diminuição do papel centralizador e intervencionista do Estado. Com este objetivo, ao invés de proporem a redução dos processos democráticos, como salientado pelo pensamento conservador, passam a defender políticas mais participativas, buscando valorizar o papel das organizações da sociedade civil, ampliando a participação das organizações comunitárias, o papel da família. Ao propor uma maior democratização da sociedade, os social-democratas prenunciam a passagem de um Estado de Bem-estar social para uma futura sociedade de bem-estar social.

Os processos de transformação sócio-econômica que sacudiram o mundo nos anos 70, foram vistas por muitos como um verdadeiro réquiem para a sociedade industrial progressivamente substituída por uma sociedade “pós-moderna” baseada em princípios que não se limitariam àqueles característicos de uma sociedade construída sobre valores materialistas e consumistas. Uma autêntica “revolução cultural” voltada para a produção

de bens imateriais, de valores ecológicos e culturais. Uma nova concepção de bem-estar que envolveria uma nova sociabilidade, uma nova concepção de cidadania (Draibe, Henrique, 1988).

A social-democracia contemporânea busca a renovação de seus valores e práticas, pouco a pouco sua orientação política se distânciava do projeto reformista desenvolvido ao longo das primeiras décadas do século XX. Quanto mais próximo do ideário neoliberal mais se evanesce a diferença entre eles. Se nas práticas os social-democratas têm dificuldades em construir sua identidade, esta seria encontrada nos princípios filosóficos que garantiriam a continuidade entre passado e presente. Assim entendem os pensadores ligados a chamada “terceira via”, uma definição que busca um meio termo entre o neoliberalismo e a social-democracia dita “ortodoxa”:

(..) o socialismo, como um conjunto de políticas públicas específicas, como um conjunto de políticas públicas "previsíveis", morreu. Mas o socialismo como um conjunto de valores continua vivo; aliás, muito vivo. O desafio da social democracia contemporânea, na visão de Blair, é manter as novas políticas pragmáticas; mas, ao mesmo tempo, trazê-las mais perto dos valores tradicionais da esquerda. (...) São a igualdade, a participação política, a transparência no poder, a justiça social e o conceito de *communitarianism*, ou seja, a necessidade de construir uma única comunidade nacional. Nas palavras de Blair, *we are one nation* (nós somos uma nação). Isto é uma tentativa de reconciliar as classes sociais, tanto empregadores quanto empregados, em torno de um projeto de capitalismo progressista, com face humana, que atenda aos interesses de muitos setores e não apenas de um. (Power, 200?)

A difusão das idéias neoliberais pelo mundo tem como grandes patrocinadores as instituições internacionais, em particular o Banco Mundial, e que passaram a ter um papel fundamental no processo de constituição de um “pensamento único” hegemônico coincidindo com a ascensão destas idéias no final dos anos 70.

Se ao longo das décadas anteriores o foco de atuação deste banco estava ligado às políticas econômicas de ajuste estrutural, a partir da década de 80 suas ações se voltam para temas mais especificamente políticos ligados à reforma do Estado, da legitimidade dos governos e do aumento da qualidade dos procedimentos democráticos (Borges, 2003).

Nos documentos do Banco se reconhece as falhas da política anterior recomendada, passa-se a compreender as íntimas ligações entre o desenvolvimento democrático e o econômico. Particularmente para os países do Terceiro Mundo, observa-

se que o combate a pobreza e os esforços para inserir as economias nacionais periféricas no movimento complexo do capitalismo global enfrenta resistências culturais e políticas que mesmo governos comprometidos com o ideário neoliberal têm dificuldade em superar.

A superação de uma cultura populista e paternalista enfrenta poderosas coalizões que incluem setores da Igreja católica, sindicatos, grupos econômicos locais, partidos de esquerda nacionalistas, etc. Enfrentar estas forças exige uma intensa luta cultural pelo controle da opinião pública, ainda mais porque as reformas econômicas e políticas produziram efeitos sociais desastrosos. Ampliação da miséria e da desigualdade social, desnacionalização e privatização de empresas estatais, quebra de indústrias médias e pequenas, estagnação econômica, etc.

Como forma de conter as mobilizações anti-reformas a aposta no desenvolvimento econômico se mostrou pouco realista, admitindo que as políticas de estabilização produziram muitos derrotados é fundamental que se busque a formação de consensos sobre os princípios e resultados destas políticas. É assim que o Banco Mundial coloca a políticas educacionais no centro de seu projeto político.

O desenvolvimento de uma reforma educacional que propague os valores da modernidade neoliberal, garantindo o apoio para as políticas de privatização e liberalização comercial, por ex. A combinação do esquerdismo, nacionalismo e populismo latino-americanos é a maior adversária de uma cultura democrática liberal. Aqui, a defesa de valores igualitários e de solidariedade se confrontam com os valores ligados ao mercado, como o individualismo e a competitividade (Leher, ???). Mesmo que muitas vezes o discurso neoliberal e o social-democrata se harmonizem, não é a igualdade dos fins do socialismo “ortodoxo” que se defende, mas sim a igualdade de oportunidades do liberalismo do século XVII¹.

Por outro lado, que contribua para o combate a pobreza, fonte de instabilidade política, como vimos, ao possibilitar oportunidades iguais a todos os cidadãos. Quando

¹ Veja-se a defesa da terceira via e os novos valores de uma social-democracia moderna nos vários artigos de Luis Carlos Bresser Pereira, importante ideólogo brasileiro desta corrente. Entre outros: Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n. 39, 1997: 53-71.

A nova centro-esquerda. *Revista Século XXI*, 2, maio 1999: 46-52. Também publicado em *Idéias e Debates*, 24, do Instituto Teotônio Vilela, 1999.

A nova esquerda: uma visão a partir do sul. *Revista Filosofia Política, nova série*, vol.6, 2000: 144-178.

isso não for possível o Banco não se sente constrangido em defender o insulamento de certas áreas de decisão pública, para impedir a pressão política sobre políticas vistas como essenciais, porém, impopulares (Borges, 2003).

A reforma do Estado propõe não apenas a privatização de áreas onde a iniciativa privada pode oferecer serviços com maior qualidade e menor custo, busca-se ampliar a eficiência do mesmo ao promover processos de descentralização, maior transparência e “accountability”, proporcionando uma maior participação social tendo como princípio orientador a maior democratização do Estado (Draibe, 2003).

A democratização pressupõe a ampliação da participação de vastos setores da sociedade civil, possibilitando que se repense os tradicionais conceitos de “bem comum”, “espaço público”, ou mesmo de forma mais profunda uma própria refundação do conceito de contrato social, ao estabelecer novas relações de legitimidade entre estado e os seus cidadãos. Assim surgem os temas da “responsabilidade social”, “das instituições públicas não-estatais” e da nova importância do terceiro setor. Processos de parceria com a sociedade civil, ampliam a democracia, reduzem a regulamentação estatal e ao mesmo tempo transfere responsabilidades antes apenas nas mãos do Estado e de sua burocracia. (Afonso, 2003) A idéia do bom governo encaminha-se para o conceito de governança.

Conclusão.

Nos países da América Latina e particularmente no Brasil, os governos social-democratas tiveram que enfrentar uma terrível herança deixada pelo regimes burocrático-autoritários militares. Somando-se a isso um processo de democratização extremamente frágil e que conviveu com uma dívida social impagável a curto prazo mas que ainda se agravaria com a crise econômica que chegou no continente ainda nos primeiros anos da década de 70.

Aqui a democracia e também a educação são chamadas para resolver a nova crise, mas também lidar com as velhas crises nunca totalmente resolvidas. A articulação entre educação, democracia e desenvolvimento se tornaram o trinômio mágico de abertura para as maravilhas do mundo globalizado. Contribuir para o desenvolvimento econômico, através da aquisição de conhecimentos, permitir a difusão de novos valores adequados a inserção do Brasil no mundo globalizado e nas condições democráticas, agindo de maneira responsável e não desagregadora (Mello, 1991). Reconhecendo os limites estruturais, aceitando os equilíbrios político-econômicos cada vez mais instáveis, gerando

conflitos nem sempre possíveis de ser atendidos por um Estado enfraquecido e empobrecido.

Nunca chegamos a ter um Estado de Bem-estar social completo, no melhor dos casos este deveria “ser classificado como “restrito” ou “incompleto” pelas limitações dos seus programas e dos seus critérios de seletividade”(Laurell, 2002).

Na América Latina o discurso de reforma educacional constituiu uma verdadeira “revolução passiva”, que transformou o discurso da redemocratização, da constituição cidadã, no discurso da “qualidade na educação”. A explicação disso, segundo Anderson (1995) é que aqui a democratização se deu “sobre a derrota e não sobre a vitória das classes populares”. Aqui a democracia só poderia sobreviver se adjetivada (delegativa, controlada, tutelada, etc.), para se harmonizar com a desigualdade social crescente (Gentili, Silva, 1988).

Bibliografia:

Afonso, A. J. (2003) Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista Brasileira de Educação*. n.22 Rio de Janeiro jan./abr.

Anderson, P. (1995) Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E.; Gentili, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. R. de Janeiro: Paz & Terra.

Bobbio, N.(1988) *Liberalismo e democracia*. S. Paulo: Brasiliense.

_____ (1986) *O futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. R. de Janeiro:Paz & Terra.

Borges, A. (2003) Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial .*Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.18 n.52.São Paulo, jun.

Bresser-Pereira, L. C. (1997) Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n. 39, 1997: 53-71.

_____ (1999) A nova centro-esquerda. *Revista Século XXI*, 2, maio: 46-52. Também publicado em *Idéias e Debates*, 24, do Instituto Teotônio Vilela.

_____ (2000) A nova esquerda: uma visão a partir do sul. *Revista Filosofia Política*, nova série, vol.6: 144-178

Cerroni, U. (1982) *Teoria do partido político*. S. Paulo: LECH.

Draibe, S. (2003) A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*. vol.15 no.2. São Paulo, nov.

_____ ; Henrique, W. (1988) “Welfare State”, crise e gestão da crise: um balanço internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 6, vol. 3, São Paulo, fev.

Fiori, J. L. (1995) Em busca do dissenso perdido. R. de Janeiro: Insight.

Friedman, M. (1994) *Capitalismo e liberdade*. S. Paulo: Abril Cultural.

Gentili, P.; Silva, T. T. da (orgs.) (1988) *Neoliberalismo, qualidade total e educação. Visões críticas*. Petrópolis: Vozes.

Hayek, F. (1983) *Fundamentos da liberdade*. Brasília: UnB.

Laurell, A. C.(2002) Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: Idem. (org.) *Estado e Políticas sociais no neoliberalismo*. S.P.: Cortez.

Mello, G. N. de. (1991) Políticas públicas de educação. *Estudos Avançados*. vol.5 no.13. São Paulo, dez.

Meyer, T. (1983) *Socialismo democrático: uma introdução*. R. de Janeiro: Paz & Terra.

Moraes, R. C. (2002) Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. *Educação & Sociedade*. v.23 n.80. Campinas, set.

_____ (2001) *Neoliberalismo. De onde vem, para onde vai?* S. Paulo: SENAC.

Przeworski, A. (1989) *Capitalismo e social-democracia*. S. Paulo: Companhia das Letras.

Power, T. J. (1995) *A social-democracia no Brasil e no mundo*. S. Paulo: Mercado Aberto.